

DEBATES SOBRE EXPERIÊNCIAS COLONIAIS EM ÁFRICA

DEBATES ABOUT COLONIAL EXPERIENCES IN AFRICA



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | N°. 04 | Ano 2021

RESUMO: As produções que possuem por foco discutir sobre o colonialismo no continente africano foram crescentes nas últimas décadas. Com preocupações e abordagens diversas, a História da África ganha contribuições com interesses plurais, que buscam desmitificar as representações reduzidas tão dispersas desde o período colonial. Este trabalho possui por objetivo visitar algumas produções que nos ajudam a entender movimentos econômicos, políticos e culturais envoltos a diferentes experiências coloniais. A partir de visões múltiplas sobre um tema em comum, fica exposto detalhamentos sobre construções de narrativas, com a emergência de elementos basilares para debates historiográficos. As produções com referenciais diversos transmitem preocupações sobre temas e conteúdos importantes para análises plurais, bem como rebater estereótipos que ficam como resquícios de visões profundamente exploradas desde o século XIX.

NÚBIA AGUILAR MORENO

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo; África; historiografia

ABSTRACT: The productions that focus on discussing colonialism inside the African continent have increased in recent decades. With diversified concerns and focuses, the History of Africa gets contributions with plural interests, which attempt to demystify the reduced representations so dispersed since the colonial period. This work aims to visit some productions that help us understand economic, political and cultural articulations triggered in the colonial enterprise. With multiple views about a common theme, details on the construction of narratives are exposed, with the emergence of basic elements for the construction of historiography. The approaches with different references convey concerns about themes and important contents for plural analysis, as well as rebut stereotypes deeply explored during the colonial period.

KEY WORDS: Colonialism; Africa; historiography

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

DEBATES SOBRE EXPERIÊNCIAS COLONIAIS EM ÁFRICA

NÚBIA AGUILAR MORENO ¹

INTRODUÇÃO

O colonialismo foi um movimento complexo. Utilizou de mecanismos diversos para a montagem das malhas constituintes das realidades coloniais. Conseguiu tangenciar distintos setores e movimentar sociedades. Com mobilizações concernentes as esferas políticas, econômicas e culturais, os objetivos embutidos nos projetos que se ergueram, deixaram rastros, impressões da época, na qual construções de representações sobre as sociedades africanas tornaram-se ponto elementar para a compreensão das articulações desenvolvidas. Ainda que, precisamente, seja difícil evidenciar os interesses múltiplos que envolveram os sujeitos históricos, as criações de como era o continente africano e os povos que nele habitava - dadas em produções de relatos, imagens, exposições, e outros registros - são indicativas de aspirações que tiveram no campo prático e simbólico correspondências diretas.

Mudimbe (2019) argumenta que colonialismo e colonização possuem relação com organização, advém do latim “*colere*” com significado de “cultivar ou projetar”. O conjunto de ações concentraram-se em atingir áreas não europeias por meio de conceptualizações europeias. Foi um movimento que entrelaçou bases materiais, como a exploração massiva do território, e investimento na formulação discursiva sobre seu significado. Para o autor, o projeto colonial pode ser estudado junto a tentativa de compreender a “dominação do espaço público, a reforma das mentes dos nativos e a integração de histórias econômicas locais à perspectiva ocidental”, para dar forma a uma “estrutura colonizadora”, ao recorrer a “aspectos físicos, humanos e espirituais da experiência colonial” (MUDIMBE, 2019, p. 18).

Para acessar algumas disposições realizadas ao longo deste contexto visitaremos discussões construídas a partir de interesses e abordagens distintas, que permitem contato com narrativas e sujeitos históricos atuantes em seus meios de inserção. Este levantamento contribui para entendermos não apenas arranjos densos, emergentes dos diferentes contatos que se seguiram a experiência colonial, mas nos aproxima de manifestações próprias dos sujeitos africanos, que responderam a estes encontros de muitas formas. Sob este prisma, ganha destaque a construção constante, encarregada de dar forma ao projeto colonial. Interrogar sobre as motivações que levaram pessoas a se deslocarem de seu território de origem para regiões conhecidas por meio de narrativas contaminadas por preconceitos, é um passo importante na

¹ Mestra em História pela UNIRIO e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. nubiaaguilar@gmail.com

direção de entender que as realidades e eventos históricos não são dados, mas ativamente formulados pelas ações e interesses humanos. O estudo do colonialismo, flexionado pela atração interpretativa das mobilizações do imaginário de uma época, é uma das formas de nos aproximarmos das motivações vinculadas a criação deste movimento tão denso e complexo.

Georges Balandier (2014) destaca a profundidade do impacto causado pela aproximação forçada entre Europa e África, localizada, sobretudo, entre finais do século XIX e início do século XX. A “missão civilizadora” fez parte da malha constitutiva do colonialismo em sua dimensão ideológica, o que nos obriga a refletir sobre a necessidade de intercruciar os diferentes campos informativos do que Balandier denomina como “situação colonial”. O isolamento, ou sobreposições indesejáveis, podem gerar análises parciais de processos históricos profundos. Frente a este desafio, o objetivo geral deste artigo é abordar algumas reflexões que colocam em pauta dinâmicas desenvolvidas durante o período colonial. Uma discussão que possui adeptos de diferentes vertentes, fornece um enriquecimento tanto para análise do campo empírico quanto teórico. A escrita da História da África deixa clara suas nuances políticas, uma vez que muitas narrativas construídas sobre o continente ganharam difusão por meio dos movimentos coloniais, e foram confrontados com as rupturas que interseccionavam este sistema de poder.

Deste modo, cabe sempre pensar sobre as interferências, explícitas ou mais tímidas, no momento da escrita. O texto fala de si, além de sua abordagem temática. Prevalece o apontamento de Ki-Zerbo e Boubou Hama que “o homem é um animal histórico. O homem africano não escapa a esta definição” (KI-ZERBO; HAMA, 2010. p. 23). Por isso, é consistente a demarcação política que a escrita desta história assume. A criação, como foi o projeto colonial, a ideia de civilização, e de África como um lugar determinado, perpassa de forma central pela potência da narrativa. Seus efeitos, difíceis de mensurar, revelam o pensamento de uma época e junto a ela suas predileções, seus sistemas de crenças e de valores que levaram a cabo o tráfego de pessoas, com referências, trajetórias e desejos, em direção ao continente africano.

Sem contar com perenidades ou a sensação efêmera dos acontecimentos, os estudos que aqui dispomos ajudam a entender o tempo mais apropriado: o do acontecimento. Ainda que partilhem de necessidades próprias, é revelador o quanto as marcas do colonialismo atingiram a escrita da História da África. Tentar retomar dinâmicas sociais, envoltas em impulsos e planejamento, foi uma atividade que deixou marcas nos trabalhos de historiadoras e historiadores que se propuseram a analisar a história do continente sob diferentes perspectivas.

Como retoma Elikia M’Bokolo e Jean-Loup Amselle (2017) é preciso lembrar que as categorias de análise são também constructos históricos. Por este efeito, o teste da aplicabilidade, contextualização e diálogos com os usos é também fundamental para a compreensão das organizações sociais estudadas. Os autores verificam os reducionismos, como efeitos práticos de

noções coloniais que se estenderam e deixaram seus resquícios sobre a identificação de grupos sociais e indivíduos pela marca “etnia”. Com as mudanças advindas no movimento da escrita da história, foi notável o alargamento do campo. Os interesses crescentes foram capazes de instaurar temas e abordagens que por tempos ocuparam apenas o lugar das margens. Atualmente, não se pensa apenas sobre a história do homem africano, mas chama atenção o cuidado na abordagem que sinaliza a história das mulheres, de gênero, da infância e de outros temas que se impõe como necessidade.

Com esta discussão em mãos, buscaremos perpassar por diferentes interpretações que indicam o quanto o colonialismo no continente africano foi um marco profundo, devido ao seu investimento e intersecção entre diferentes esferas. Com uma abordagem política é possível visualizar o movimento à espreita dos interesses das metrópoles, a criação de órgãos administrativos e regimentos que passaram a ser institucionalizados nas colônias. Mas, por outro lado, não foram os líderes estatais que ficaram à frente de caravanas e missões. Daí, atravessa a importância econômica, que de mãos dadas a esfera política, ratificava a importância do controle dos grandes rios (DÖPCKE, 1999), dos locais que o comércio fazia-se valer desde tempos remotos.

A ligação entre as duas dimensões encontra-se no campo discursivo. Será no convencimento das pessoas que o projeto encontrou solo fértil. A demonstração deste argumento é vista dentro do trabalho de Albert Memmi, que reforça a sensação de pertencimento dentro das identidades de quem era o colonizador e o colonizado. Outro autor que ajuda nesta compreensão é Achille Mbembe ao retomar diferentes períodos históricos para localizar as relações que criaram e endossaram a ideia de raça.

Nesta malha discursiva é também atenuante a dissemelhança de experiências que se aprofundam por meio de marcadores sociais como gênero, raça e classe. Atenção a este tripé é concedido por Anne McClintock, em “Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial”. Dedicado a tratar de diferentes dimensões da experiência colonial, o trabalho de McClintock desvela temas reveladores de intenções, posicionamentos e conflitos latentes ao período em que o trânsito entre Europa e África se intensificava. Ao abarcar informações localizadas no cotidiano, a autora consegue demonstrar o caráter multiespacial que o colonialismo assumiu, ao focar nas relações de representatividade na publicidade de sabonete, um elemento que adentrava em residências e carregava consigo propagandas racistas (MCCLINTOCK, 2010).

Como veremos a seguir, estes e outros estudos demonstram a relação complexa estabelecida no contato entre povos europeus e não-europeus no continente africano nos anos que se seguiram no século XIX e XX. Com interações condicionadas pelas diferentes variáveis

encontradas nos territórios, emergem especificidades e ações plurais advindas tanto do grupo considerado como colonizador quanto do grupo considerado como colonizado, por vezes, pondo a frente interesses que iam além de determinadas fronteiras de identidade. A atenção doada para essas variantes, ao passo que se constrói referências com a dimensão mais ampla dos acontecimentos circundantes, demonstram as ações articuladas na época, a sombra de interesses individuais e coletivos, que deixaram o período colonial com seu caráter de tensão e ineditismo para época.

Discussões sobre um fator comum: colonialismo

A escrita da História da África esteve interpelada a domínios políticos, que afetaram de modo intenso os percursos envoltos a sua organização. As produções que buscaram retratar o período colonial no continente africano não deixam de sentir influências. Carlos Lopes (1985) propõe uma reflexão provocante sobre como o continente africano foi pensado e representado em diferentes trabalhos. O autor chama atenção para a ausência de neutralidade nas produções de análises vinculadas aos elementos subjacentes ao contexto que as circundam, ao demonstrar a variação de interesses que se fazem presentes nas diferentes narrativas.

O colonialismo foi evento marcante. Em uma perspectiva fundante de conceitos concernentes as sociedades fora da malha caracterizante do que era considerado como civilizado, concomitantemente, delineava ideias para sua própria sustentação. Além de dar conta dos interesses do presente, revirava o passado e projetava considerações para um futuro desejado. A negação de uma semelhança na partilha da vida social, para povos em África, em uma acepção de como as sociedades deveriam ser, baseou-se em modelo europeu, construtor de um dilema acompanhado de contradições profundas (MBEMBE, 2019).

Atrelado ao jogo político, surtiram impactos econômicos e culturais, de forma a alargar as áreas atingidas. A corrida entrelaçava-se a um exercício para definir não apenas quem e como deveria ser o sujeito africano no presente, mas endossavam construções para quem estes sujeitos foram em um passado – sem história – e o lugar que eles deveriam ocupar no futuro. A estruturação deste maquinário de poder foi atribuída ao papel de relegar as ações desenvolvidas por sujeitos africanos a um espaço de marginalidade, diante do padrão europeu, que definia, produzia e publicizava os modelos de arranjos sociais, validados de acordo com os preceitos da época.

O impacto de uma revisão e aderência de novas construções sobre as representações dos sujeitos africanos é reconhecida por Carlos Lopes (1985) como “pirâmide invertida”. O argumento parte da base de uma reivindicação da ocupação de espaços nos centros de produção

do conhecimento científicos tocante as sociedades africanas, com a verticalização em narrativas que consideravam alteridade como ponto elementar nos exercícios investigativos de sociedades além das ocidentais. Joseph Ki-Zerbo considerou estas especificidades e propôs um olhar para a História da África com interpretações diversas e por finalidade distante da produção envolta aos interesses coloniais:

(...) tratava-se de escrever a História dos povos da África, longe do biônimo colonizador-colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial, exceto quando esta fornecia argumento favoráveis a superioridade Africana. É a História das interações e dos oprimidos, mas também de uma idílica e harmoniosa sociedade pré-colonial (LOPES, 1985, p. 26).

A afirmação de Lopes dialoga com a percepção da construção da História atravessada pelas configurações adicionais as ideias populares nos diferentes espaços de produção. O engajamento na formulação de problemas, e explicações para o entendimento das diversas manifestações presentes nas sociedades africanas, relacionou-se de modo direto com o surgimento de novas questões que corroíam os fundamentos das ideias coloniais. A circulação de informações, pessoas e críticas às estruturas vigentes tomaram fôlego e foram levadas adiante por representantes das sociedades dos territórios além da Europa (LOPES, 1985).

A busca por esta ruptura, e a formulação de mecanismos potentes para o enfretamento dos paradigmas vigentes, em resposta a produção de conhecimento foi um passo que envolveu muitas questões. Jean-Marc Ela (2013) é categórico ao propor uma abordagem mais inclusiva para a formulação de análises sobre as sociedades africanas. Em suas reflexões, a relação de poder e construção do conhecimento científico são tidas como de íntima proximidade. Uma das ideias trabalhadas é sobre a aplicabilidade de conceitos e estruturação de pesquisas, que se encaixam mais ou menos bem para as circunstâncias das realidades ocidentais, mas que deveriam ser testadas e modeladas para atender as realidades das diferentes regiões do continente africano. A pressuposição destas sociedades como “estáticas, fechadas em si próprias e simples” carregam formas limitadas da compreensão das maneiras de ser e construir o mundo circundante destes indivíduos (ELA, 2013, p. 17).

Atenção ao tema é concedida também por Amadou Hampaté Bâ ao discutir sobre a importância da palavra, inscrita na tradição oral, em algumas sociedades africanas. A palavra, neste sentido, acarreta valores tradicionais e sociais bem localizados, com funções específicas. Oralidade está estritamente imbricada a elementos, sob os quais a tradição possui importância primária. Deste modo, conceitos como memória, oralidade e palavra precisam ser pensando dentro das lógicas de significados dispostas nas dinâmicas em questão. A dificuldade concernente em analisar especificidades dentro de ideias mais gerais, ou melhor, restritas a

acepções constituintes de determinadas sociedades construtoras de “modelos” de conhecimento, gerou produtos como a própria negação de cultura por parte de grupos que seguiam outras formas de expressão, não necessariamente ligadas a padrões pré-estabelecidos. Esta associação pode ser vista na formulação “povos sem escritas eram povos sem cultura” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

A dificuldade em dialogar com essas realidades, ao considerar como válidas e vivas formas outras de produção de saberes, é também verificada em diferentes expressões, à exemplo da literatura, como verificamos em Mia Couto. Ao partir de uma experiência própria, o autor consegue exemplificar a dificuldade em tradução de valores, expressos em idiomas; uma questão potente ainda na atualidade.

Na primeira reunião com a população surgiram curiosos mal-entendidos que revelam a dificuldade de tradução não de palavras, mas de pensamento. No pódio estavam os cientistas que falavam inglês, eu, que traduzia para o português, e um pescador que traduzia o português para a língua local, o chidindinhe. Tudo começou logo na apresentação dos visitantes (devo dizer que, por acaso, a maior parte deles eram suecos). “Somos cientistas”, disseram eles. Contudo, a palavra “cientista” não existe na língua local. O termo escolhido pelo tradutor foi *inguetlha* que quer dizer feiticeiro. Os visitantes surgiam assim aos olhos daquela gente como feiticeiros brancos. O sueco que dirigia a delegação (e ignorando o estatuto com que acabara de ser investido) anunciou a seguir: “Vimos aqui para trabalhar na área do Meio Ambiente” (COUTO, 2011, p. 17).

O pequeno trecho que faz parte do conto “Línguas que não sabemos que sabíamos” e é, sobretudo, ilustrativo de situações reais. Ainda que permeie uma questão mais próxima ao tempo presente, ela não se encontra isolada, mas é indicativa de situações não difíceis de serem encontradas em outras regiões e temporalidades. A narrativa percorre a dificuldade persistente em conseguir diálogo sem interferências; ao não se permitir ser completa, uma vez que põe a prova interesses divergentes entre dois mundos, construídos a partir de referenciais próprios de cada local. Fator atenuante desdobra-se sobre o fato da permeabilidade de relações verticalizadas em interesses nem sempre igualitários. Tal disposição, soma-se de maneira abundante na construção de estabelecimento das narrativas coloniais.

Deste modo, valores difundidos e cativos às sociedades europeias, durante o período do colonialismo, fomentavam discussões de certezas únicas, arrebatadoras ao entrarem em contato com realidades que não tinham uma correspondência direta. A fabricação de ideias, e o uso de palavras como veículo canalizador da propagação das mesmas, continua a deixar seus resquícios. O entrave entre o grupo social local e os “cientistas” recém-chegados, da narrativa de Mira Couto, ainda se estende entre o que os cientistas abordavam como uma preocupação com o meio ambiente e as preocupações concernentes aos grupos que residiam na região. Para eles, o “vilão”

que rondava seus cotidianos eram porcos do mato, que tentavam as plantações, para os cientistas a importância desta informação continha outro significado (COUTO, 2011).

Sobre esta perspectiva sugere-se a construção do que Toni Morrison (2019) nomeia como o “outro”. Dar forma a alguém, a partir da diferença, com o argumento da autora, prende-se a duas bases: a primeira seria uma vantagem advinda da distinção; a segunda envolta as necessidades que se configuram em repudiar estas vantagens. No intercruzamento deste argumento há uma semelhança com uma análise desenvolvida por Achille Mbembe sobre a definição da ideia sobre raça, produto consequentemente atrelado a própria definição do branco (MBEMBE, 2019). Das formas como ocorreram as disseminações destas ideias, que se tornaram limitadoras e excludentes, recai em muitas questões.

Mas, um ponto central para a compreensão do colonialismo pode ser retirado da forma como as associações construídas recorreram a espaços diversos, tornando possível uma educação social pensada para endossar e propagar as ideologias coloniais. Anne McClintock (2010) é esclarecedora sobre este aspecto. A autora realiza um estudo sobre a publicação do livro “As minas do Rei Salomão”. Henry Rider Haggard, autor da obra, desfrutava de oportunidades parcas na metrópole e teve no continente africano experiências que inspiraram na escrita de um dos livros mais circulados no período. Um tipo de literatura que autora caracteriza sob o vínculo estrito com as oportunidades despojadas dentro dos trânsitos coloniais, e impregnada de vestígios dos quais McClintock utiliza-se para fazer um estudo denso sobre a mentalidade de grupos sociais que estiveram profundamente envolvidos nos movimentos entre colônias e metrópoles. Haggard, que era mais um entre outros na Grã-Bretanha, expõe na construção de seu escrito um caminho que revela aspectos usuais de sua época, fundamentados no esforço disciplinador do movimento colonial:

As minas do rei Salomão oferece um olhar pouco usual sobre algumas dinâmicas fundamentais daquele conflito. A novela era em parte uma tentativa de negociar contradições no esforço colonial de disciplinar a sexualidade e o trabalho feminino, tanto na metrópole europeia quanto nas colônias. Os conflitos entre o poder gerador masculino e feminino e entre domesticidade e imperialismo eram no só temas obsessivos da obra de Haggard, mas também as preocupações dominantes de seu tempo (MCCLINTOCK, 2010, p. 343).

Para o caso francês, Achille Mbembe (2019) discute sobre alguns pontos importantes, possivelmente aplicáveis para outras situações coloniais. O desenvolvimento de um conceito de raça foi central para elaboração dos paradigmas imperiais. O autor destaca que raça foi uma concepção que suscitou mudanças distintas ao longo dos tempos. Desde o período do Iluminismo a formulação desta ideia atingiu três pontos: o pertencimento de todas as raças a humanidade; a diferença entre as raças e, por último, a relação entre raça branca, nação e cultura na França.

O argumento desenvolvido por Mbembe transcorre uma configuração paradoxal, que não foi inerte, mas se manteve dinâmica e contou com investimentos em diferentes esferas. A ideia de universal passava por um clivo específico, com a criação de uma formulação sobre o que constituía as bases de um postulado para o pertencente e o excluído das identidades colonizadoras. O contexto no qual estas ideias recebem maior público se dá pela própria atenção doada as diferenças raciais, com ênfase na distinção e consequente valorização da definição de grupos europeus. Neste momento, intensificava-se os movimentos em direção as regiões em África, encrustado em estereótipos circundantes aos imaginários populares. No caso francês, o colonialismo juntava-se ao interesse de “reanimar a nação e o ‘caráter francês’ e ‘difundir os benefícios de nossa colonização’ (MBEMBE, 2019, p. 68).

A definição de identidades relacionadas a colonização foi moeda corrente em diferentes situações. Para Albert Memmi (2007), o colonizador reconhecia a sua identidade e alinhava as suas expressões dentro das categorias criadas e compartilhadas por seu grupo. Desta maneira, contundente foi a formação de espaços em que se concretizavam o estabelecimento de relações de poder, com a emergência de estratégias e situações desiguais sobre as quais muitas experiências coloniais se desenvolveram.

Por outro lado, as maneiras como foram encaminhadas as iniciativas que adentravam no interior das sociedades africanas, receberam profundas modificações para a formação das identidades vinculadas ao próprio colonizado. O colonialismo, neste sentido, desempenhou uma função dupla: ele definia o colonizador ao passo que correspondia aos pressupostos constituintes do próprio colonizado. Mas, nesta relação, de acordo com Memmi, o colonizador partilhava do lugar de privilégio. Mesmo com o reconhecimento das diferenças entre os integrantes deste grupo, o privilégio lhes eram atribuídos, como uma consequência da própria situação colonial (MEMMI, 2007).

Devido a tal situação, fica a marca da necessidade de análises sobre as proposições inerentes as malhas que fizeram parte da tessitura deste projeto ideológico. Como argumenta Frantz Fanon: “O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (FANON, 2008, p. 84). O universo colonial dispunha da insistência no argumento da diferença entre o colonizador e colonizado. Deste ponto, fluíam as redes de aproximações, adaptações e apropriações dos signos europeus para diferentes usos, bem como das realidades locais. Na composição de experiências densas, Fanon destaca a violência como forma elementar de estruturação do colonialismo, assim como a busca por sua permanência. Por meio da violência encontra-se uma forma de esmorecer as bases do sistema que dela se utiliza para sobreviver (FANON, 1968).

No entrelaçamento entre teoria e prática Frederick Cooper debate sobre relações desiguais desenvolvidas nos ambientes em que se alastrava a colonização. Ao analisar estas realidades, o autor abarca a expansão do colonialismo, com efeito das organizações de trabalho dispostas e formadas pelas quais o sistema se edificava. Nesta intersecção, debate sobre a desenvoltura de práticas de escravidão e os modelos análogos constituídos durante o período colonial. O investimento em refletir sobre os dois pontos assinala como os conceitos foram articulados e imersos dentro da malha discursiva de seus períodos de produção. Por volta dos anos de 1980 pensar em escravidão e colonialismo como análogos seria uma atividade distante (COOPER, p.205).

A discussão ganhou foco em diferentes estudos, pois as críticas sobre a permanência do sistema de tráfico de pessoas escravizadas e a administração da escravidão em África, foi um ponto correntemente elegido para centros de debate em finais do século XIX. John Fage (2010) demonstra como a bandeira levantada pelos países europeus foi relacionada a uma interferência direta no continente, disposta como ação necessária para a realização do combate a escravidão.

Para o autor, o crescente interesse europeu sobre os territórios no continente africano é associado ao desenvolvimento de comércio de produtos locais, como óleos e sementes que se intensificaram também em finais do século XIX. O interior do continente tornava-se objeto de desejo, assim como o controle das rotas comerciais. Fage destaca que antes do movimento imperial ganhar forma e força, ocorreram em muitos outros momentos confrontos e disputas entre grupos externos e internos ao continente africano. As experiências, desde o estabelecimento dos contatos, foram múltiplas e atingiram organizações com origem a redes estratégicas que visavam atender aos interesses dos sujeitos envolvidos. No entanto, no período em que os interesses imperiais ganham intensidade e de maneira processual no interior do território, “no começo do século XIX, detinha meios para criar bens materiais e poder sem paralelo na história da humanidade, e com eles adquiria uma enorme força moral assim como uma firme determinação” (FAGE, 2010, p. 342).

Não obstante, a articulação do imperialismo deu-se também pelo uso do artifício da “força moral assente na certeza de que a civilização europeia devia dominar e que ainda devia fazê-lo no interesse dos povos africanos” (FAGE, 2010, p. 342). Ainda seguindo o argumento de Fage, é posto em questão:

A mudança de atitude dos europeus para com o comércio de escravos e a escravatura ocorreu gradualmente. Decorreram cerca de setenta anos entre a primeira proibição do tráfico de escravos por um estado europeu (a Dinamarca em 1792) e a cessação definitiva da exportação de escravos da África ocidental. (FAGE, 2010, p. 343).

A densidade das camadas discursivas criadas sobre tais questões retoma o debate desenvolvido por Frederick Cooper. O adensamento sobre a questão da escravidão e do trabalho ganhou palcos de debates. Situações desenvolvidas nos territórios colonizados, eram postos em questão, junto aos mecanismos e práticas originárias dos sistemas de trabalho. A partir dos discursos condenatórios as práticas que, supostamente, deveriam ser combatidas, choques de interesses se abriam, o que não excluiu práticas profundas de exploração em diversas situações, em vista que “definiam escravidão ou coação de forma limitada, dando uma aura de normalidade às outras práticas coloniais” (COOPER, 2005, p. 205).

Um ponto importante no estudo realizado por Cooper é a própria interação realizada pelos africanos dentro dos sistemas que buscaram se impor ao longo de diferentes territórios. A compreensão dos eventos desdobrados, no que diz respeito aos contatos e estabelecimento de relações coloniais, não podem direcionar-se a universalização de comportamentos. Os sujeitos históricos que fizeram parte deste passado agiam conforme seus interesses, em respostas a dinâmicas subsequente das novas organizações. Mesmo com os esforços coloniais em tentar obstruir as ações coordenadas por africanas e africanos, o autor demonstra o fracasso de um domínio total, frente as articulações formadas.

Considerações Finais

Este trabalho buscou visitar alguns debates importantes para entender o movimento colonial que se estendeu sobre o continente africano entre os séculos XIX e XX. Um ponto partilhado nas discussões apresentadas diz respeito a própria dificuldade de encontrar um argumento isolado, que dê conta de explicar como e por quais motivos vários indivíduos se dispuseram a ir para um continente e trabalharem a favor da constituição da colonização.

Os efeitos dos pressupostos coloniais ainda são sentidos em alguns espaços e imaginários quando se referem a África. Seria possível interrogar até que ponto essa marginalização do conhecimento ainda não é imperativa. Quantos de nós sabemos que “Dogon, em contraste com todas as sociedades pré-científicas, sabiam que os planetas, incluindo a Terra, giram sobre si próprios a à volta do Sol”? (LOPES, 1998).

Arguidos pelas informações contidas nas discussões apresentadas, é visível que o colonialismo foi um sistema de poder violento, como bem nos aponta Frantz Fanon, com alta capacidade de fabricar e disseminar ideologias que buscaram lhe dar sustento. Por este ângulo, transparece a intenção em construir narrativas direcionadas a atender interesses coloniais, que obliterava desejos, ações e subjetividades, consistentes na vida e expressão de muitos indivíduos. No exercício de anular estas maneiras de ser, estar, criar e interpretar o mundo circundante, os

diferentes sujeitos africanos ficaram imersos em uma teia de significados articuladas pelo colonizador. Mas, este movimento não se deu sem reação.

A tentativa desta discussão foi tentar demonstrar como alguns estudos sobre o colonialismo avançaram nas últimas décadas, com abordagens, seleções temáticas e composições de pesquisas que nos permitem aproximar de diferentes sujeitos históricos imersos nestes processos. Fica também marcada a necessidade de continuar o exercício de reflexão sobre o lugar ocupado pelas produções científicas, que são, sobretudo fruto de seus próprios contextos de imersão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: Abordagem Teórica. **Cadernos Ceru** v. 25, n. 1, 2014.

BOKOLO, Elikia M’.; AMSELLE, Jean-Loup. **No centro da etnia. Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

FAGE, J. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania no pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 201-270.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, 1999.

ELA, Jean-Marc. **Restituir a história às sociedades africanas: promover as ciências sociais na África Negra**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 23-36.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

LOPES, C. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. **Colóquio Construção e Ensino da História da África**. Actas. Lisboa, 1995, p. 21-29.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MUDIMBE, V.Y. **A invenção da África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

Recebido em: 10/07/2021

Aprovado em: 22/10/2021